

PROJETO DE PESQUISA

TÍTULO: Geoprocessamento aplicado ao patrimônio cultural.

COORDENADOR: Helenne Jungblut Geissler.

EMAIL: helenne.geissler@udesc.br

SITUAÇÃO: Encerrado.

PERÍODO/AUTORIZAÇÃO:

01/08/2018 a 31/07/2019 – UDESC NPP2015020002639.

01/07/2019 a 31/08/2020 – UDESC NPP2015020002768.

01/09/2020 a 31/08/2021 – UDESC NPP2015020002884.

EDITAL: -

INFORMAÇÃO: A proposta do presente projeto de pesquisa é de iniciar o desenvolvimento de um Sistema de Informações Geográficas (SIG) para a Paisagem Cultural, tendo como suporte mapeamento e alimentado com um Banco de Dados, que utiliza como fonte dados encontrados em órgãos públicos e privados e trabalhos de campo. Partindo da premissa demonstrada por Salbego (2012) de que a preservação do patrimônio histórico e cultural possibilita que a herança cultural dos bens permaneça, seja no aspecto arquitetônico quanto no histórico, atuando como um elemento facilitador de estudos e assegura a preservação do legado patrimonial. Nesse ínterim a iniciativa vem a suprir uma lacuna em municípios que contam ou não com sistemas de documentação e monitoramento, inclusive para evitar demolições de bens culturais, sejam as áreas abrangidas ou não por tombamentos para efeitos de preservação do Patrimônio Histórico. A preservação de bens culturais para a posteridade assegura Heidtmann (2007) depende de novos usos e de que o usuário tenha a infraestrutura compatível com os dias atuais. Alguns fatores que podem atuar contra a preservação são a ociosidade do imóvel e a falta de uso. Outro seria a falta de infraestrutura e de facilidades da vida moderna. Nesse caso é necessário agregar além de cuidados para não descaracterizar a edificação e do restauro, adaptar instalações complementares como instalações de água fria e de esgotamento sanitário, e outras. De acordo com Simon (2000) essa abordagem é dificultada no Estado de Santa Catarina uma vez que a priori predomina a quase inexistência de documentação cartográfica nos municípios. Outro problema seriam seleção e localização dos imóveis em áreas de interesse. Sob esse ponto de vista um aspecto facilitador pode ser a existência de cartas, mapas e plantas antigas no acervo de

instituições. Ao mesmo tempo, muitos municípios não tem base cadastral e ou SIG para fins de planejamento e gestão territorial. Logo, percebe-se a enorme importância dessa proposta de pesquisa e da necessidade de realização de mapeamento e atualização constante nos municípios, frente as dinâmicas espaciais que ocorrem no tempo. Simon (2000) também constatou que o cadastro urbano deva ser elaborado partindo da restituição digital do levantamento aerofotogramétrico. No entanto, tal critério nem sempre é uma prioridade nas administrações municipais brasileiras. Por outro lado, nos países mais desenvolvidos, os levantamentos sistemáticos englobam a cobertura de amplas áreas, tanto urbanas quanto rurais. Tal informação espacial serve como base para definir a política de preservação e de desenvolvimento sustentável dos municípios e documentos importantes para garantir a exatidão e da legalidade das propriedades.